

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 2994- Ano 2023



BARUERI/SP

Curso de aperfeiçoamento para vigilantes realizado pelo Sindicato é um sucesso



O Sindicato dos Vigilantes de Barueri – juntamente com Crivelli Advogados – realizou no sábado, dia 06/06, a primeira edição do Curso de Aperfeiçoamento, voltado para profissionais da segurança privada

As advogadas Cassia Ribeiro, Janaina Ramon e Mariana Serrano ministraram o curso e os participantes ouviram sobre como lidar com cada perfil de público, receberam dicas de abordagem, respeito à legislação e acima de tudo sobre diferenças e respeito.

Para o presidente do Sindicato, Amaro Pereira, o mercado de trabalho está cada vez mais exigente esse tipo de conteúdo os profissionais não recebem nas escolas de vigilantes.

“É um curso extracurricular que agrega muito. Ao final os vigilantes receberam certificados. Agora esses profissionais estão ainda mais

preparados para lidar com o público no dia a dia, diz.

Ainda segundo Amaro, com a iniciativa o Sindicato mostra que não se preocupa apenas com Convenção Coletiva, salário e direitos, mas também com a formação dos profissionais.

“Só podemos agradecer os vigilantes que dispuseram a participar, à equipe de Crivelli Advogados e ao pessoal envolvido na produção. Já temos planos para outros cursos e esperamos contar com todos em breve”, finaliza.

FONTE: SINDICATO DOS VIGILANTES DE BARUERI/SP

Ato público em frente ao IFRN de Currais Novos contra atraso de salário dos vigilantes da Roland



Na manhã desta terça-feira, 20 de junho, a diretoria do Sindsecur realizou um ato publico em frente ao IFRN de Currais Novos

Na ocasião os representantes do nosso sindicato reivindicaram do contratante uma solução urgente sobre os constantes atrasos de salário e vale alimentação dos vigilantes da empresa Roland.

Vale ressaltar, que até esta terça-feira os vigilantes que trabalham nos postos de serviço do IFRN ainda não receberam o salário de maio e o Vale alimentação do mês corrente.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsecur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

Junte-se à nós e ajude a fortalecer a batalha diária por respeito e valorização profissional.

FONTE: sindsecur

A promotional poster for an event titled 'ARRAIÁ DOS VIGILANTES'. The poster features a green and red color scheme. At the top, it says 'ARRAIÁ DOS VIGILANTES' in large, stylized letters, with 'COMIDAS TÍPICAS | MÚSICA AO VIVO | BEBIDAS' below it. Below this, there are four circular icons representing different musical acts and their performance times:

- SAB 24: CÉSAR CARLOS DO ACORDEÓN, 10:30h às 13:30h
- SAB 24: CHEIRO DE MORENA, 13:30h às 16:30h
- DOM 25: CHEIRO DE MORENA, 10:30h às 13:30h
- DOM 25: FORRÓ PARÊA, 13:30h às 16:30h

At the bottom, it states '24 e 25 de junho a partir das 10h na área de lazer do Sindsecur'.

Supremo valida decreto que revogou norma sobre dispensa sem justa causa

Embora tenha decidido que a exclusão de normas internacionais do ordenamento jurídico do Brasil não pode ser mera opção do chefe do Poder Executivo, o Supremo Tribunal Federal, em nome da segurança jurídica, declarou válido o Decreto presidencial 2.100/1996, que comunicava a retirada do país do cumprimento da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão sem justa causa



Prevaleceu o voto do ministro Dias Toffoli que validou o decreto do governo FHC Carlos Moura/SCO/STF

Instituída No entanto, na mesma decisão, tomada no julgamento de uma ação declaratória de constitucionalidade, a corte estabeleceu que a denúncia de tratados internacionais pelo presidente da República exige a anuência do Congresso Nacional. Esse entendimento vigorará a partir de agora, sendo preservados os atos anteriores.

Além de vedar a dispensa imotivada, a Convenção 158 da OIT prevê uma série de procedimentos para o encerramento do vínculo de emprego. A norma foi aprovada pelo Congresso Nacional e, posteriormente, promulgada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Meses após a promulgação, contudo, o presidente comunicou formalmente à OIT a retirada do Brasil da lista dos países que a haviam assinado.

Na ação, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT) defendiam a validade do documento. A inconstitucionalidade do decreto é objeto também da ADI 1.625, cujo julgamento está suspenso para ser concluído em sessão presencial do Plenário.

Risco de retrocesso

No voto que prevaleceu no julgamento, o relator da matéria, ministro Dias Toffoli, afirmou que a exclusão de normas internacionais do ordenamento jurídico brasileiro não pode ser mera opção do chefe de Estado. Como os tratados passam a ter força de lei quando são incorporados às leis brasileiras, sua revogação exige também a aprovação do Congresso.

Segundo Toffoli, apesar dessa exigência, na prática tem havido uma aceitação tácita da medida unilateral. Mas, a seu ver, essa possibilidade traz risco de retrocesso em políticas essenciais de proteção da população, porque a prerrogativa pode vir a recair sobre mandatário de perfil autoritário e sem zelo em relação a direitos conquistados.

Segurança jurídica

No caso concreto da Convenção 158, o STF decidiu manter válido o decreto que a denunciou, em nome da segurança jurídica. A maioria do colegiado acompanhou a proposta do relator para aplicar a tese da inconstitucionalidade da denúncia unilateral de tratados internacionais apenas a partir da publicação da ata do julgamento da ação, mantendo, assim, a eficácia de atos praticados até agora.

Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski (aposentado) e a ministra Rosa Weber, presidente da corte, que julgaram inconstitucional o decreto presidencial. Com informações da assessoria de imprensa do STF.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

88% das negociações alcançam aumento real, mas com juros baixos seriam melhores

Resultados poderiam ser ainda maiores, caso taxa de juros fosse menor



Setores como o metalúrgico alcançaram aumento real, mas sofrem com perspectivas ruins

Cerca de 88% das 759 negociações coletivas de trabalho com data-base em maio até 6 de junho deste ano, conquistaram reajustes acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em apenas 11% dos casos os resultados ficaram iguais ao INPC e apenas 0,5% estiveram abaixo. Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que divulgou o levantamento nesta quarta-feira (21).

Desde 2018, quando o Dieese passou a acompanhar os acordos e convenções coletivas do Mediador, somente em cinco ocasiões o percentual de reajustes acima da inflação ultrapassou a marca de 80%.

Para o técnico do Dieese, Luís Ribeiro, os resultados estão associados a três fatores: queda da inflação, que acumula retração de

2,95% neste ano, a mobilização de sindicatos para repor as perdas acumuladas durante a pandemia e o aumento do salário mínimo.

Outro fator determinante para a maioria dos reajustes salariais ficar acima da inflação foi a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de em fevereiro, de elevar o salário mínimo para R\$ 1.320, maior aumento real desde 2012. Em maio Lula encaminhou o Projeto de Lei 2385/23 para retomar a política de valorização do salário mínimo a partir de 2024, que havia sido extinta pelo governo Bolsonaro.

“Muitas categorias têm vencimentos próximos ao mínimo e quando há aumento, isso empurra os salários também para cima”, explica Ribeiro.

O Secretário de Relações de Trabalho da CUT Nacional, Ari Aloraldo do Nascimento, aponta a importância da mobilização dos sindicatos para avançar nos salários, mas ressalta que a situação poderia ser ainda melhor se o Brasil

convivesse com juros menores O Banco Central anunciou na quarta-feira a manutenção da taxa de juros, a Selic, em 13,75%.

“A eleição do presidente Lula criou um ambiente favorável para a economia, mas se taxa de juros não estivesse nesse patamar, teríamos ambiente ainda mais favorável para fazer as negociações coletivas, afetadas diretamente pela falta de capacidade de investimentos”, diz.

“As empresas evitam tomar dinheiro emprestado, diante das incertezas de poderem honrar seus compromissos. Portanto, os juros acabam por imobilizar a capacidade produtiva, porque, nesse cenário, elas não ampliam a produção, não contratam mão-de-obra e isso tem sido a grande dificuldade de avançarmos ainda mais”, acrescenta o dirigente.

Indústria lidera, mas com ressalvas

Os melhores resultados nas negociações foram no setor da indústria, com ganhos acima da inflação em 76,2% dos casos. Índice semelhante ao do setor de serviços, que atingiu o aumento real em 75,5% das campanhas salariais.

O comércio foi o segmento com maior dificuldade de atingir esse patamar, com 52,8% das negociações encerradas acima dos índices inflacionários.

O Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), Renato Almeida, destaca que das organizações associadas à entidade, 93% tiveram ganho real. Mas há grande preocupação por conta das políticas adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

“A maior parte da venda de veículos é feita por financiamento, isso representa 70% das negociações, e uma taxa de 13,75% torna inviável comprar carro financiado. O governo se esforçou para ajudar a fazer a indústria automotiva a crescer, mas o momento nos preocupa, porque a medida é temporária e se não derrubarmos a taxa de juros, não tivemos linha de financiamento com prazos maiores, isso refletirá na produção e irá gerar desemprego”, explica.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Atuação conjunta

O temor se justifica no desempenho econômico de cada segmento. O Produto Interno Bruto (PIB) da indústria cresceu 1,9% no 1º trimestre de 2023, na comparação interanual. Resultado oriundo principalmente das indústrias extrativas e do segmento de eletricidade, gás, água e esgoto. Já a indústria de transformação e da construção registraram quedas na comparação com o último trimestre do ano passado.

Para o metalúrgico, as mudanças demandam políticas de longo prazo com apoio de todos os setores da economia, inclusive do Banco Central. Iniciativas como o programa Desenrola Brasil, lançado neste mês e que prevê beneficiar 70 milhões de pessoas endividadas, são importantes, mas não conseguirão reaquecer a economia e destravar linhas de crédito sem apoio de outros segmentos.

“A redução da taxa de juros deveria ser uma meta a perseguir como forma de colaborar para atenuar esse cenário ruim. Além disso, linhas de crédito mais baratas deveriam ser criadas urgentemente, de forma a aliviar as famílias. O programa ‘Desenrola’ é um sinal positivo, mas reverter o processo requer um plano de médio e longo prazos, com política monetária adequada e uma política industrial robusta que reconfigure a rota da produção industrial brasileira. Precisamos focar na indústria de transformação, considerando as diretrizes do Plano Indústria 10+, elaborado pelo movimento sindical e já apresentado ao novo governo eleito”, conclui.

Fonte: CUT - Escrito por: Luiz Carvalho |

Editado por: Rosely Rocha

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF